

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 28 de maio de 2013.

**Local: Sala de reuniões do Centro de Proteção às Crianças e Adolescentes CREAS 3, situado na Rua Rio de Janeiro nº. 1288 – Centro**

**Data: 28 de maio de 2013, Terça-feira.**

1 Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e treze, com primeira convocação às oito  
2 horas e trinta minutos, e na segunda convocação às oito horas e quarenta e cinco minutos na  
3 sala de reuniões do CREAS 3, situado na Rua Rio de Janeiro nº. 1288 – Centro, teve início a  
4 Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS Biênio 2011-2013.  
5 Estavam presentes os **Conselheiros governamentais:** Sandra Cristina Bianconi da Silva,  
6 Aurélio Caetano da Silva, Gisele de Cássia Tavares, Cirlene Maria Ferreira Fonseca, Viviane  
7 Braz Itakura, Marisa Izabel Bissi, Castanho, Luciana Ferreira Alvarez e Ana Paula Galdim  
8 Ramos. **Conselheiros da Sociedade Civil:** Ellen Priscila Marques Figueiredo, Mariana  
9 Barros de Oliveira, Regina Elizabeth Russo Humming, Nelma dos Santos Assunção, Lídia da  
10 Conceição Lucas Loback, Sueli Aparecida Lourenço, Ordalia de Fátima Braganholi Ferreira,  
11 Carla Mancebo Esteves e Jaqueline Fernandes Senra Teófilo. **Participantes e/ ou**  
12 **convidados:** Rita de Cássia Lopes, Gragiani Cardin Botelho, Fábila Melhado Bera, Clarice  
13 Aparecida M. Silva, Gláucia M. M. Sorgi, Neusa Fernandes, Edvaldo Paulino Silva, Amanda  
14 Maria Santos Silva, Márcia Gonçalves Valim Paive, Ana Gláucio Cardua, Edinali S. P. Beliatto  
15 e Marisa Kitola Stelmachul. A presidente Sandra Bianconi iniciou a reunião dando boas  
16 vindas a todos, e apresentando a pauta do dia: **1. Apreciação da pauta; 2. Apreciação e**  
17 **aprovação da ata dos dias 26/03/13, 09/04/13 e 23/04/13; 3. Apresentação e**  
18 **encaminhamentos das análises dos Relatórios de Atividades 2012 e Planos de Ação**  
19 **2013; 4. Pactuação ACESSUAS trabalho PCD – Diretoria de Gestão do Sistema**  
20 **Municipal de Assistência Social; 5. Indicação de conselheiro para compor a Comissão**  
21 **Municipal de Enfrentamento a Violência Doméstica e Sexual contra a Mulher; 6.**  
22 **Substituição da conselheira Sueli Forli na comissão eleitoral da X Conferencia**  
23 **Municipal de Assistência Social; 7. Residência Inclusiva; 8. Relato das comissões; 9.**  
24 **Informes.** Após a leitura e aprovação da pauta, ocorreu a discussão do ponto **2. Aprovação**  
25 **das atas dos dias 26/03/13, 09/04/13 e 23/04/13**, sendo as mesmas aprovadas. Em seguida,  
26 deu-se início as deliberações do ponto **3. Apresentação e encaminhamentos das análises**  
27 **dos Relatórios de Atividades 2012 e Planos de Ação 2013:** a Comissão de Inscrição fez o  
28 uso da palavra para apresentar as Entidades que tiveram o processo avaliado na Reunião do  
29 dia 14 de Maio, a partir da Resolução CMAS Nº 108 de 2012 que estabelece parâmetros para  
30 inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como serviços,  
31 programas, projetos e benefícios sociassistenciais no Conselho Municipal de Assistência  
32 Social. Nesta mesma resolução está estabelecido que as entidades e organizações de  
33 assistência social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, ao Conselho de  
34 Assistência Social o plano de ação do corrente ano, bem como o relatório de atividades do  
35 ano anterior que evidencie o cumprimento do Plano de ação, destacando informações sobre  
36 o público atendido e os recursos utilizados, nos termos do inciso III do artigo 3º, objetivando a  
37 manutenção da inscrição no conselho. Na reunião de 14 de Maio de 2013, após análise  
38 desse documentos foram tirados três blocos, sendo os seguintes: o primeiro das Entidades  
39 que tiveram o registro mantido sem inconsistência, o 2º que aprovava com determinadas  
40 condicionalidades e o 3º de Instituições que precisavam reapresentar os documentos. Nesse  
41 sentido a Comissão se reuniu no dia 23 de maio de 2013, para retomar o trabalho com  
42 aqueles documentos reapresentados. A proposta para a elaboração da Resolução foi das  
43 Entidades que foi aprovada a manutenção: **Centro de Apoio Esperança** (serviço de apoio a  
44 saúde), **Ministério Evangélico Pró-Vida, Associação de Deficientes Físicos de Londrina**

45 **(Adefil), Centro Esperança por Amor Social, Associação Pão da Vida, Residencial do**  
46 **Café, Associação Mãos Estendidas, Ação Brasil, Educação Cultura, Nuselon-**  
47 **Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes, ADEFIL – Proteção Especial,**  
48 **Cáritas Arquidiocesana, Instituto Leonardo Murialdo – Epesmel, Ong Viver, Instituto**  
49 **Pio XII, Provopar.** Os trinta e quatro serviços aprovados com condicionalidades são: **ALIA**  
50 (apresentação de novo Relatório 2012), **CARI** (adequar a metodologia de trabalho à luz das  
51 Orientações Técnicas; participação efetiva nas comissões; adequar RH), **Bom Samaritano**  
52 (Plano de Providência), **Provopar – Inclusão Produtiva** (Plano de Providências conforme  
53 Laudo Técnico), **Casa Acolhedora** (Apresentar novo Plano de Ação contemplando  
54 capacitação interna), **Lar Anália Franco** (Plano de Ação – Refazer metodologia; plano de  
55 capacitação interna; realizar adequações de acordo com o Laudo Técnico), **Pão da Vida –**  
56 **Acolhimento Masculino Adulto** (Plano de Capacitação apresentando adequação de RH),  
57 **Lar Maria Tereza** (aquisição de veículo, melhoria do espaço físico, número de funcionários,  
58 substituição de funcionário que está em licença, aumento carga horária do psicólogo,  
59 participação de rede de serviços e das reuniões, detalhar a sistemática, proporcionar  
60 capacitação interna) – Plano de Providências, **Sagrados Corações** (Plano de Providência),  
61 **Pão da Vida – Acolhimento Adulto** (adequação estrutura física, RH- metodologia de  
62 trabalho com as crianças que estão acompanhadas de suas genitoras), **Provopar –**  
63 **Projovem** (Infraestrutura do Serviço), **PML – Acolhimento Familiar** (Reapresentação do  
64 Plano de Ação (quadro de funcionários/ estrutura física), **Associação Solidariedade Sempre**  
65 (Plano de capacitação interna e adequações com referencia ao Laudo), **APS Down**  
66 (Instalação do Irsas, complementação das informações acerca do psicólogo e motorista e  
67 infraestrutura), **Casa do Caminho – Acolhimento Institucional, Sociedade Espírita – LPI**  
68 (Capacitação Interna, reapresentação do Plano de Ação), **Clube das Mães Unidas** (Plano de  
69 Ação), **Provopar – Serviço de Convivência** (Infraestrutura), **SOMA** (Plano de Providência  
70 com relação ao RH), **Secretaria de Assistência Social – PAIF –** (Construção da sede  
71 própria), **Associação Amigos da Criança – ABAC –** (melhorar estrutura física), **Guarda**  
72 **Mirim** (Infraestrutura e Plano de Capacitação aos funcionários), **Casa de Maria** (Plano de  
73 providência), **ILECE** (Infraestrutura e Recursos Humanos), **Casa do Caminho – Serviço de**  
74 **Convivência** (detalhamento), **Flávia Cristina –** (Carga horária da assistência social, refazer  
75 relatório e rever infraestrutura), **S.O.S.** (plano de capacitação interna, carga horária psicólogo  
76 – plano de providência), **APAE** (esclarecer função do Psicólogo), **Instituto Pestalozzi,**  
77 **Congregação das Irmãs Pequena Missão para Surdos** (Infraestrutura e esclarecer o  
78 quadro de recursos humanos), **Pão da Vida – Casa de Passagem** (ver contratação de  
79 psicólogo), **COL** (complementar o Plano de Ação e rever infraestrutura), **Asilo São Vicente**  
80 **de Paula** (psicólogo). Estas entidades devem apresentar as regularizações e/ou plano de  
81 providencias no prazo de 60 dias. O CMAS aprova as análises apresentadas. Terminando o  
82 relato da Comissão de Inscrição, foi realizada a discussão do ponto **4. Pactuação**  
83 **ACESSUAS trabalho PCD – Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência**  
84 **Social;** passou-se a palavra para Gisele Tavares que explanou sobre a pactuação Acessuas  
85 Trabalho – Pessoa com Deficiência. A mesma relatou que o aceite formal compreende em  
86 assegurar uma equipe técnica para o serviço que implica em desenvolver trabalho de  
87 mobilização, sensibilização, inserção dos usuários em curso de formação profissional e  
88 respectivo acompanhamento, cujo objetivo é inserir no mercado de trabalho pessoas que são  
89 beneficiárias do BPC. A equipe deve alimentar a Rede Suas, e o valor que recebe para  
90 sensibilização é de R\$ 27,00, e minimamente R\$ 54.000,00. Porém, as dificuldades  
91 colocadas são: o Acúmulo de trabalho no CRAS, meta de mobilização: 4.696 pessoas,  
92 inserção nos cursos: 2348 (vagas a serem preenchidas). A discussão percorreu sobre a

93 dificuldade de inserção das pessoas com deficiência e a escolaridade da pessoa com  
94 deficiência sejam parceiras do município nessa proposta. Levantou-se a possibilidade de que  
95 as Entidades que já trabalhem com as pessoas com deficiência. Sandra Bianconi questiona  
96 se há uma possibilidade de uma pactuação com um número menor, e Tércia colocou que se  
97 houver uma sanção financeira e estas metas não forem alcançadas a Secretaria precisará  
98 arcar com os compromissos do convênio. Gláucia reforça que as pessoas com  
99 deficiência, às vezes, não se enquadram nas exigências do trabalho. Kátia do Sine explica  
100 que, semanalmente, há de 70 a 90 vagas para pessoas com deficiência, porém não são  
101 preenchidas. Todos concordam que há uma necessidade de mapeamento. Luciana sugere  
102 que o convênio seja com a Secretaria de Assistência, mas deve ter parceria com a Secretaria  
103 do Trabalho. Bianconi coloca a preocupação com a falta de tempo hábil. Sandra sugere que é  
104 preciso ver se há um valor fixo independente do número para que se tenha governabilidade.  
105 Definiu-se pela reunião com as entidades que atuam PCD para esta tarde. Kátia coloca que  
106 seria importante o CMAS enviar dois representantes. E ficou decidido que independente do  
107 número de metas o Conselho aprova, porém, se houver muitas condicionalidades o Conselho  
108 manifesta-se pela não adesão, ao que Tércia reforça que se houver pelo menos 1 parceiro e  
109 um valor fixo com a flexibilidade de metas é possível aderir. Bianconi questiona que cada  
110 entidade tem um serviço específico e pergunta se haverá um chamamento público? Aurélio  
111 continua dizendo que no convênio tem que ver a questão das metas e monitoramento  
112 dessas metas e que haverá a necessidade de adequação do Sistema. A presidente então  
113 coloca para a votação a seguinte proposta: Se houver pelo menos um parceiro e um valor  
114 fixo a ser repassado, independente do alcance das metas, o município aderirá à proposta. Foi  
115 aprovado que, no horário intermediário até a reunião da tarde Gisele realizará contato com o  
116 MDS para questionar sobre possibilidade de flexibilização das metas e conseqüências quanto  
117 ao seu não alcance; sobre a questão da escolaridade e da existência ou não do valor fixo.  
118 Aprovado por unanimidade. **5. Relato das comissões:** A comissão de fundo pediu um ponto  
119 de pauta. Antes da explanação, Tércia coloca que a Secretaria tem respeito e prima pelo  
120 fortalecimento do Conselho, para que exerça o controle social e manifesta retratação acerca  
121 da situação da ACESF. **Sissy faz a apresentação da Execução orçamentária do primeiro**  
122 **quadrimestre de 2014. O mesmo foi aprovado por unanimidade.** Ordália sugere que para as  
123 próximas apresentações das aplicações financeiras, traga os outros gerentes para sanar  
124 dúvidas. Ordália continuou o relato dizendo sobre a situação do Bom Samaritano e a sua  
125 complexidade. Para pagamento dos profissionais de enfermagem atuantes na entidade, o  
126 ideal seria um convênio com a Secretaria Municipal de Saúde. Porém para tanto, a mesma  
127 necessitaria se cadastrar no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde),  
128 cujos critérios não são passíveis de atendimento pela casa. Tércia expôs a complexidade do  
129 trabalho do Bom Samaritano que exige a atuação de 2 auxiliares de enfermagem e 1  
130 enfermeiro e relatou que tem sido feitas conversas com a Diretoria e mediação com a  
131 Secretaria de Saúde, Secretaria de Governo – para busca de convenio alternativo com essa  
132 secretaria, a qual não tem objeção a esse procedimento. Entretanto, a mesma encaminhou a  
133 proposta para a Controladoria Geral do Município que, por sua vez, não é favorável a tal  
134 solução, indicando que a Secretaria Municipal de Assistência Social pode permitir o  
135 pagamento dos referidos profissionais com os recursos que repassa. A Secretaria Municipal  
136 de Assistência Social, então, solicitou manifestação da Procuradoria quanto à legalidade de  
137 tal encaminhamento e recebeu parecer favorável. Ocorre que o recurso destacado que foi  
138 colocado na Saúde não pode ser realocado na Assistência. Há o entendimento que cada  
139 política deve cuidar, porém o trabalho não é desenvolvido. Precisa se retomar as discussões  
140 sobre Residência Inclusiva e Residência Terapêutica. Gisele aponta que é melhor remeter à

141 Comissão de Serviços com Relação aos Acolhimentos – financiamento e equipe. Sendo  
142 assim, propõe-se 3 alternativas para decisão da Secretaria Municipal de Assistência Social: 1  
143 – Aditivo no valor que estava alocado no FMS ( Fundo Municipal de Saúde) com recursos do  
144 FMAS ( Fundo Municipal de Assistência Social); 2 – Aditivo no valor equivalente aos meses  
145 restantes do ano; 3 – Autorização apenas para pagamento dos profissionais com o convenio  
146 vigente. Encaminhamento: a Comissão coloca que o CMAS somente aprove o pagamento  
147 desses profissionais nas entidades, ou seja, a 3ª proposta. Foi aprovado. A comissão de  
148 fundo acrescenta que o SOS necessita de camas para a Operação Noite Fria, e para isso  
149 precisa de um convenio de R\$1.000,00 no financiamento para auxilio. Aprovado por  
150 unanimidade. Continuando com a comissão de fundo, a mesma coloca que está se discutindo  
151 a implantação para a Casa de Passagem Adulto com 22 metas. Gisele aponta que esse  
152 assunto vai voltar na comissão e depois ser reavaliado na reunião do dia 25/06. Outro  
153 assunto colocado pela comissão de acolhimento adulto é do Hotel para atendimento das  
154 vagas de pessoas em situação de rua em traslado. Nívia acrescenta que está sendo feito  
155 contato com os hotéis para um contrato de Julho a Dezembro com um valor de R\$20.000,00  
156 observando que em 2014 continuaria esse contrato. Gisele reforça que para isso seria  
157 utilizada fonte de recursos externos, como o contrato é por um ano o CMAS poderia aprovar  
158 as 2 fontes. A presidente propõe que R\$19.201,00 dos recursos do saldo reprogramado, ou  
159 seja, que esse valor de reprogramação de piso seja utilizado para o contrato de vagas de  
160 pernoite em hotéis, com a possibilidade de utilização em 2014 das duas fontes ou seja  
161 também a fonte 1000 – Aprovado por unanimidade. Ordália continua acerca dos CRAS  
162 conveniados, cujo convenio com as entidades parceiras só tem validade até setembro,  
163 havendo necessidade de aditivo de outubro a Dezembro. Gisele expõe que há possibilidade  
164 de realocação de recursos que seria usado co a vigilância para a suplementação e aditivo  
165 para essas Entidades (subvenção Provopar e Adefil). Aprovado, valor R\$ 344.000,00. Ordália  
166 acrescenta que está em processo de aceite a Residência Inclusiva e Centro Dia (até o dia  
167 21/06), pois é necessário fazer a previsão no PPA para a implementação desse serviço.  
168 Gisele reforça que é uma necessidade de todos os territórios e, portanto, há a necessidade  
169 de colocação no PPA. Bianconi coloca que esse assunto deve ficar para a próxima pauta  
170 para uma melhor discussão. Nívia reitera que há uma necessidade de colocar no PPA da  
171 Saúde a previsão de Residência Terapêutica. Sueli pede sua saída da Comissão Eleitoral da  
172 Conferência e Viviane da Ame entra em seu lugar. O motivo da saída de Sueli se dá devido  
173 ao Anália Franco pretender colocar candidato para ocupar uma vaga no CMAS. A comissão  
174 de Inscrição pede a palavra para dizer que é favorável à inscrição no CMAS da LBV nos dois  
175 serviços: Convivência criança/adolescente e idosos. Denise Galhardi colocou que a comissão  
176 pediu a documentação complementar para uma melhor análise. Informes: Cláudia informa  
177 sobre a pré-conferência dos Usuários – população de rua, 18/07 na Igreja Sagrados  
178 Corações ou Nova Aliança das 15.00 h. às 17.00 h. A reunião terminou as 12.21 h, com a  
179 presidente agradecendo a presença e participação de todos. Sem mais o que constar nesta,  
180 eu, Lidia da Conceição Lucas Loback, secretária executiva do Conselho lavrei a presente ata,  
181 que deverá ser submetida e aprovada no Conselho.